

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

Processo Administrativo nº 032/2025

1. DO OBJETO

- 1.1. Prospecção do mercado imobiliário em Rio Branco Ac, com vistas à futura locação tradicional de imóvel para Instalação e funcionamento do CENTRO POP da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos SASDH, mediante coleta de propostas de imóvel residencial urbano que atenda aos requisitos mínimos especificados neste Edital.
- 1.2. As especificações contidas neste Edital contemplam as exigências mínimas necessárias, não limitando as possibilidades a serem ofertadas pelos interessados em atender ao Chamamento Público.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação pretendida justifica-se pela necessidade premente de novo espaço físico para Instalação e funcionamento do CENTRO POP da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos SASDH, atualmente instalado em imóvel residencial urbano situado na R. Benjamin Constant Centro, Rio Branco AC, 69900-333, uma vez que referido imóvel não mais atende às necessidades da SASDH por estar com a estrutura precária.
- 2.2. Com a locação ora proposta, pretende-se instalar o CENTRO POP da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos SASDH, em imóvel apropriado, proporcionando a qualidade devida nos diversos ambientes de trabalho, melhoria das dependências e salas de trabalho do corpo diretivo, servidores e terceirizados, melhor gestão por meio de locais adequados para realização de reuniões e eventos, depósito e arquivo de documentos e materiais e, ainda, para otimização das atividades técnico-administrativas desenvolvidas no âmbito da SASDH.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 3.1. A locação obedecerá a:
- 3.1.1. o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que normatiza licitações e contratos da Administração Pública;
- 3.1.2. as orientações da Advocacia-Geral da União;
- 3.1.3. as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 18 de dezembro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes;
- 3.1.4. o Decreto nº 8.540, de 10 de outubro de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do





gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos;

- o Decreto nº 400, de 22 de março de 2023, que dispõe sobre regulamentação, no âmbito do Município de Rio Branco, a Lei Federal nº 4.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos, e consolida normas sobre contratações públicas municipais;
- 3.1.6. a Instrução Normativa CGM nº 007, de 12 de março de 2025, que dispõe sobre procedimentos para contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Rio Branco estabelece os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional; e

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL

- 4.1.Os requisitos mínimos e desejáveis constam do Anexo 1 Quadro de Requisitos do Imóvel deste Edital.
- 4.2. O imóvel deverá estar totalmente concluído, em condições de operação e adaptado aos padrões exigidos neste Edital e ao constante da proposta apresentada pela proponente escolhida.
- 4.3. Todos os elementos construtivos e componentes físicos que integram a edificação deverão atender à legislação de uso e ocupação do solo, ao conjunto de normas urbanísticas contidas no Plano Diretor do Município PDL.

5. DO LEIAUTE

5.1.O locador deverá disponibilizar um leiaute dos pavimentos e compartimentação dos ambientes internos da edificação, localização dos pontos de cabeamento estruturado e elétrico para atendimento das estações de trabalho, localização das áreas complementares: arquivo, salas de reunião, salas técnicas, banheiros privativos e copas, entre outras informações complementares

6. DA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. As propostas serão recebidas até às 18 horas, horário de Brasília, do dia 08/04/2025, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, localizada na rua do Aviário, nº 972, Bairro Aviário, pessoalmente, em envelope lacrado e identificado da seguinte forma: *Proposta para Locação de Imóvel*".
- 6.1.1. Não será considerada proposta protocolada após a data e horário limites constantes do item 6.1 acima ou por meios que não os acima previstos.
- 6.1.2. Até a data e horário limites para apresentação das propostas, o interessado poderá retirar ou alterar a proposta protocolada.





- 6.2. A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, correção (corretivo líquido e outros) ou entrelinhas.
- 6.3. A proposta deverá estar assinada pelo proprietário ou seu representante, desde que possua poderes para tal.
- 6.4. A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Não havendo indicação, será considerada como tal.
- 6.5. As propostas serão analisadas pela SASDH, observando o atendimento das condições de entrega da proposta, localização, prazos e demais disposições constantes do presente edital. Ao final, será elaborado Relatório com a lista dos imóveis apresentados e, em seguida, será divulgado o resultado da prospecção do Mercado imobiliário.
- 6.6. Nas análises das propostas ofertadas a SASDH poderá solicitar documentações adicionais, realizar reuniões com os proponentes, visitar os imóveis, bem como realizar quaisquer diligências que se façam necessárias para amplo conhecimento da situação dos imóveis objetos das propostas apresentadas.
- 6.7. O resultado do chamamento será publicado no PNCP e no diário oficial do estado.

7. DA CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

- 7.1. Após o resultado da prospecção do mercado imobiliário pretendido com o presente chamamento público e a elaboração do Laudo de Avaliação do Imóvel pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana SEINFRA, por profissional ou servidor habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou no conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU) será iniciado o processo de locação de imóvel, desde que o preço de locação esteja compatível com o mercado.
- 7.2. Caso se encontre apenas um imóvel em condições de atender, a SASDH poderá optar pela inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, V, da Lei n. 14.133/2021;
- 7.3. Caso se identifique mais de um imóvel em condições de atender, o procedimento de prospecção servirá de respaldo para a tomada de decisão referente a realização do certame licitatório.
- 7.4. Verificado que o imóvel atende o presente Edital, o proponente será comunicado por escrito.
- 7.5.O imóvel deverá ser definitivamente entregue imediatamente após a assinatura do contrato, considerando o prazo previsto contratualmente para desocupação do atual imóvel locado.
- 7.5.1. O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso.
- 7.6. Para assinatura do contrato, serão exigidos os documentos abaixo listados, além daqueles que comprovem a regularidade fiscal de acordo com a sua constituição jurídica:





- a) cópia autenticada do "Habite-se" do imóvel;
- b) cópia autenticada do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis;
- c) certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel;
- d) certidão negativa de débito junto às concessionárias de serviço público de água e energia elétrica;
- e) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais à dívida ativa da União se o locador for pessoa física;
- f) se o locador for pessoa jurídica: certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) cópia autenticada do RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato;
- h) contrato celebrado entre o proprietário do imóvel e a administradora/imobiliária, se for o caso;
- i) declaração de inexistência de impedimento de ordem jurídica;
- j) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- κ) alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros ou documento equivalente, conforme legislação local; e
- l) outros documentos exigidos pela legislação municipal/distrital para comprovar as condições de habitabilidade do imóvel.
- 7.7.O proponente escolhido, desde que garanta a entrega do imóvel no prazo previsto no subitem 7.5 acima, poderá aguardar a assinatura do contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências da SASDH.
- 7.7.1. Serão de responsabilidade do proprietário do imóvel seguro do prédio e seus equipamentos contra descargas atmosféricas, explosões, incêndios e desastres naturais.
- 7.7.2. Além de cópias dos projetos arquitetônicos e complementares, deverão ser entregues os manuais e especificações para manutenção dos equipamentos instalados no imóvel.
- 7.7.3. As plantas, leiautes, os projetos elétricos, lógica, hidráulico-sanitário, sistema de combate ao incêndio e climatização completos deverão ser entregues em *as built*.

8. DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL

8.1.O imóvel deverá ser provisoriamente entregue mediante a disponibilização das chaves no prazo acordado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento e desocupado, para avaliação preliminar pela SASDH.





- 8.1.1. No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar os requisitos previstos no Anexo 1 deste Edital e na proposta da proponente.
- 8.2. Confirmadas as condições descritas nos itens 8.1 e 8.1.1 acima, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel pela SASDH, observado o disposto no subitem 7.6 deste Edital.

9. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 9.1. A SASDH designará uma comissão para recebimento do imóvel, acompanhamento e fiscalização da locação objeto deste Edital, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das falhas ou defeitos observados.
- 9.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

10. DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

- 10.1. A SASDH, respeitadas as disposições legais e regulamentares em contrário, goza do direito de retenção de benfeitorias que tiver por úteis (art. 578 do Código Civil) aos seus serviços, após prévio e expresso consentimento da proponente adjudicatária.
- 10.2. As benfeitorias necessárias (art. 578 do Código Civil) introduzidas pela SASDH, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991.
- 10.3. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, tapetes e lustres, poderão ser retirados pela SASDH, desde que não sejam de propriedade da proponente adjudicatária, constantes do laudo de vistoria.
- 10.4. Finda a locação, será o imóvel devolvido à proponente adjudicatária, nas condições em que foi recebido pela SASDH, salvo os desgastes naturais do uso normal.

11. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. Para assinatura do contrato deverão ser observados os critérios documentais, operacionais, funcionais e de manutenção e conservação do imóvel, conforme previsto neste Edital.
- 11.2. O contrato decorrente da locação terá vigência de 01 (um) ano, contada da data da assinatura, podendo ser prorrogada na forma da lei.
- 11.3. O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pela SASDH, precedido de vistoria do imóvel.
- 11.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo. Toda prorrogação será precedida de comprovação da vantajosidade da medida para a Administração e certificação de compatibilidade do valor do aluguel com o de mercado.





11.5. Caso não tenha interesse na prorrogação, a LOCADORA deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. As despesas decorrentes da locação correrão à conta da dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2025, sendo nos exercícios seguintes, à conta das dotações orçamentárias próprias para atender despesas da mesma natureza.
- 12.2. A SASDH pagará aluguel mensal à proponente adjudicatária, além de efetuar o pagamento, mediante faturas de energia elétrica, IPTU, telefonia fixa e do condomínio, se houver tal previsão, salvo os referentes aos exercícios anteriores à locação objeto deste Edital.

13. ANEXOS

- 13.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
 - a) Anexo 1 Quadro de Requisitos do Imóvel;
 - b) Anexo 2 Modelo de Credencial;
 - c) Anexo 3 Modelo de Proposta;





ANEXO 1 QUADRO DOS REQUISITOS DO IMÓVEL

1 - REQUISITOS MÍNIMOS DA PROPOSTA RELATIVOS À REGULARIDADE DO IMÓVEL

De modo a permitir a análise das condições de oferta do mercado imobiliário e sua adequação ao padrão exigido pela SASDH, as propostas deverão conter os seguintes requisitos e informações:

ITEM	REQUISITO/INFORMAÇÃO
1.1	Endereço do imóvel, número de pavimentos, área total, detalhando área útil e área comum.
1.2	Preço total da proposta de locação.
1.3	O imóvel deve pertencer a um único proprietário ou consórcio/grupo de proprietários.
1.4	Preço médio mensal do condomínio em relação à área locada (especificar os serviços que o compõem) ou o preço previsto para a taxa de administração condominial, se for o caso.
1.5	O imóvel deve possuir: terreno de 28,00 metros de largura (frente) por 40,00 metros de comprimento (lateral), perfazendo uma área total de 1.120,00 m2, com uma área construída de aproximadamente 450 m2, com pelo menos 07 (sete) salas, 01 (uma) cozinha, 2 (dois) banheiros, dispensa, área de serviço e área externa(garagem/varanda), com água encanada, rede elétrica, rede telefônica, rede de esgoto, coleta de lixo, transporte coletivo, acessibilidade para pessoas com deficiência, com capacidade mínima de 70 pessoas, Sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico – PSCI
1.6	Habite-se.
1.7	Registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, emitida nos últimos 30 (trinta) dias.
1.8	Imóvel deve atender, por meio de documento ou declaração, todas as prescrições estabelecidas nas normas do Município (entre elas a do Corpo de Bombeiros Militar e Plano Diretor), normativos e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, água e telefonia, e à legislação vigente de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (norma técnica da ABNT NBR 9.050).





 1.9 O Imóvel deve ser atendido com Infraestrutura e/ou serviços das seguintes concessionárias e empresas públicas: a) Energia elétrica; b) concessionárias de telefonia e dados; c) saneamento; d) Serviço de Limpeza Urbana. 1.10 O imóvel deve estar localizado em área próximo ao conjunto Castelo Branco ou nas suas adjacências. 1.11 O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município. 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e esgoto, emitidas pelos respectivos órgãos competentes. 		
b) concessionárias de telefonia e dados; c) saneamento; d) Serviço de Limpeza Urbana. 1.10 O imóvel deve estar localizado em área próximo ao conjunto Castelo Branco ou nas suas adjacências. 1.11 O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município. 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.9	
c) saneamento; d) Serviço de Limpeza Urbana. 1.10 O imóvel deve estar localizado em área próximo ao conjunto Castelo Branco ou nas suas adjacências. 1.11 O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município. 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e		a) Energia elétrica;
d) Serviço de Limpeza Urbana. 1.10 O imóvel deve estar localizado em área próximo ao conjunto Castelo Branco ou nas suas adjacências. 1.11 O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município. 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano — IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios — TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e		b) concessionárias de telefonia e dados;
 1.10 O imóvel deve estar localizado em área próximo ao conjunto Castelo Branco ou nas suas adjacências. 1.11 O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município. 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e 		c) saneamento;
nas suas adjacências. 1.11 O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município. 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e		d) Serviço de Limpeza Urbana.
 1.12 No imóvel não deve haver compartilhamento com áreas destinadas a residências, shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e 	1.10	'
 shopping centers, supermercados, hotéis ou similares. 1.13 O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades. 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e 	1.11	O imóvel deve ser atendido pela rede transporte público regular do Município.
 1.14 O imóvel deve contar com acessos distintos para o público em geral e de serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e 	1.12	
serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de emergência. 1.15 Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública 1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.13	O imóvel deve ser atendido com estacionamento público nas proximidades.
1.16 Declaração que concluirá as adequações necessárias no prazo não maior que 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.14	serviços, bem como área destinada à carga e descarga de fácil acesso e saída de
120 (cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do contrato. 1.17 Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias. 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.15	Prazo de entrega do imóvel adequado para o órgão ou entidade pública
 1.17 1.18 Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso. 1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e 	1.16	
1.19 Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta. 1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.17	Validade mínima das condições oferecidas de, no mínimo, 60 dias.
1.20 Certidão negativa de débitos quanto ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.18	Identificação do(s) proprietário(s) e seu(s) procurador(es), se for o caso.
IPTU e à Taxa de Prevenção de Incêndios – TPEI 1.21 Certidão negativa de ônus sobre o imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.19	Procuração ou outro instrumento legal dando poderes para quem assina a proposta.
Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato. 1.22 Cópia da quitação das 2 (duas) últimas contas de energia elétrica e de água e	1.20	
!!==	1.21	Imóveis. A Referida certidão deverá ser atualizada até 2 (dois) meses antes da assinatura do contrato.
	1.22	, , , ,





ANEXO 2 MODELO DE CREDENCIAL

À Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH Rua Do Aviário Nº 972, Bairro Aviário, cep: 69.900-854 – Rio Branco, Acre.

O(A) ______(pessoa física ou jurídica), com endereço no(a) _____, CPF (CNPJ) nº ____, pelo seu representante legal abaixo assinado (se for o caso), vem credenciar o(a) senhor(a) ____, portador(a) da cédula de identidade nº , da , e do CPF nº , para, na qualidade de representante legal, entregar proposta para o Edital de Chamamento Público, instaurado pela SASDH, que tem por objeto a prospecção do mercado imobiliário em Rio Branco-Ac, com vistas à futura locação de imóvel para Instalação e funcionamento do CENTRO POP, outorgando-lhe poderes para, em nome da empresa, praticar os atos constantes do referido Edital.

Local, data e assinatura.





ANEXO 3 MODELO DE PROPOSTA

À Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH Rua do Aviário nº 972, Bairro Aviário, cep: 69.900-854 – Rio Branco, Acre.

Apresentamos a SASDH, proposta em obediência ao Edital de Chamamento Público, com vistas à prospecção do mercado imobiliário em Rio Branco-Ac, com vistas à futura locação de imóvel para Instalação e funcionamento do CENTRO POP, nos seguintes termos:
a) dados do imóvel:;
 b) prazo de entrega do imóvel em funcionamento e com todas as adaptações necessárias: () noventa dias, a contar da assinatura do Contrato (<u>prazo máximo</u> <u>de</u> <u>noventa dias</u>);
c) total da área privativa:() metros quadrados;
d) total da área total (incluindo garagem, escadarias, caixas de elevadores, entre outras áreas consideradas de uso comum): (_) metros quadrados;
e) valor mensal do aluguel: R\$();
f) valor mensal do condomínio: R\$ (); (observação: caso haja, devendo ser detalhados os serviços que serão prestados, sua periodicidade e condições)
g) valor do IPTU: R\$(_);
h) Garagem:() vagas
privativas. Declaramos que:
 a) o imóvel ofertado estará disponível a SASDH conforme previsto no Edital de Chamamento Público e nesta proposta comercial em até xxx dias a contar da data de assinatura do contrato;
b) nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
Validade da proposta:() dias. (observação: não inferior a 60 dias)





Dados da empresa:

Razão Social CNPJ (MF) nº:

Inscrição Estadual nº: Inscrição Distrital nº:

Endereço:

Telefone: Fax: Cidade: UF:

Banco: Agência: Conta Corrente:

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome:

CPF: Cargo/Função: Carteira de Identidade: Expedido por: Nacionalidade Estado Civil

Endereço:

Telefone: Fac-simile:

Endereço Eletrônico:

Local, data e assinatura.

Anexos:

- a) tabela de requisitos mínimos e desejáveis, acompanhada da documentação comprobatória;
- b) documentos exigidos e outros julgados necessários.

